

## **BRAZIL**

Estou honrado em retornar à UNESCO, novamente na condição de Ministro da Educação. Retorno à missão de cuidar do futuro meu país, para reassumir o que a Presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso de posse, definiu como “a prioridade das prioridades”, por esse motivo, foi eleito por ela como marca deste mandato: “Brasil, Pátria Educadora”.

Nosso país passou por grandes avanços nas últimas décadas. Iniciamos um longo processo de redução das desigualdades e de inclusão social, que permitiu tirar o nosso país do Mapa da Fome elaborado pela FAO, e atingirmos antecipadamente as Metas do Milênio de redução da pobreza e da pobreza extrema, definidas pela ONU.

A redução da pobreza e das desigualdades no Brasil são amplamente reconhecidas internacionalmente.

Menos conhecida, mas não menos importante, foi a transformação educacional que passamos nos últimos anos, decorrente da universalização da educação básica.

Apenas para dar um exemplo, em 1991, o Brasil possuía apenas 43 municípios com Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH, médio, alto ou muito alto. Em 2010, 4166 municípios (74,8%) de nossas cidades estavam nestas faixas. Pois o fator mais importante para este salto foi a ampliação da

cobertura de nosso sistema educacional, que explica 71% da evolução do IDHM no Brasil.

Contudo, esse intenso processo de transformação, que estamos vivendo, não será sustentável e definitivo sem a garantia de acesso universal a uma educação de mais qualidade.

Isso porque a educação é o instrumento mais efetivo para a redução das desigualdades. É ela que empodera o cidadão para o exercício de seus direitos; que amplia as oportunidades de acesso ao emprego e à renda; que favorece os processos de inovação tecnológica; que amplia os ganhos de produtividade e competitividade; é a educação que é o principal instrumento para a construção de uma cultura de tolerância e paz – valores fundamentais da democracia.

Saliento que, com o fim do superciclo das commodities e outras mudanças que ocorrem na geoeconomia mundial, o Brasil terá de acelerar a transição para a sociedade do conhecimento e para a economia inovadora, com uma indústria internacionalmente competitiva. As vicissitudes criadas pela crise e pelo inevitável ajuste fiscal não devem nos desencorajar. Ao contrário, devem nos inspirar a fazer mais e melhor. As crises são momentos muito importantes e não podem ser desperdiçadas. Teremos que fazer mais com menos. Estamos convocados a ter mais gestão, mais criatividade, mais eficiência.

O fundamental já temos: a determinação em fazer, e um norte estratégico claramente definido,

que é o Plano Nacional de Educação para a próxima década, que foi aprovado por unanimidade pelo Congresso, e sancionado pela presidenta Dilma, sem um único veto. Ele estabelece um conjunto de 20 metas audaciosas, cuja implantação exigirá engenho e arte dos gestores públicos e um amplo debate sobre o financiamento da educação brasileira. Esse conjunto de 20 metas percorre todo itinerário educacional brasileiro da creche à pós graduação, e busca enfrentar os principais desafios da educação brasileira, a qualidade da educação básica, a redução das desigualdades educacionais, a inclusão e universalização da educação infantil.

O PNE estabelece, em sua meta número 1, que, até o final de 2016, todas as crianças de 4 a 5 anos devem estar matriculadas na pré-escola. É na educação infantil que a criança recebe os estímulos necessários para que desenvolva as habilidades cognitivas e não cognitivas, tão necessárias ao seu processo de alfabetização, em especial os filhos e filhas de pais de baixa escolaridade. Hoje, temos 81,4% das crianças de 4-5 anos de idade na escola, e o nosso grande desafio é incluir especialmente as crianças mais pobres, da periferia das grandes cidades e das pequenas cidades do interior.

Em 2012, tive a honra de lançar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, com foco na capacitação de professores e professoras alfabetizadores. Foram concedidas mais de 318 mil bolsas de capacitação para esses professores, e foram mobilizados 15,9 mil docentes universitários

orientadores. Para avaliarmos a progressão de nossas crianças, criei a ANA, a Avaliação Nacional de Alfabetização Censitária.

Ao final do primeiro ciclo de avaliação, constatamos que o ritmo de avanço é insuficiente na leitura, escrita e matemática. E, novamente, o grande desafio está nas crianças oriundas das famílias de baixa renda e baixa escolaridade. Estamos buscando a convergência de um conjunto de programas: Escola Tempo Integral, Estágio nas Escolas Públicas dos Estudantes de Licenciatura e Pedagogia, e nossos outros programas de formação de professores, conduzidos pelo MEC. A articulação desse conjunto de iniciativas acreditamos que permitirá enfrentar esse grande desafio, e assegurar esse direito essencial que é o domínio da leitura, da escrita e da matemática no primeiro ciclo de formação.

A construção de uma Base Nacional Comum Curricular que estamos implementando também será fundamental para reorientar os cursos de pedagogia e formação de professores, além de favorecer as avaliações e respeitar a diversidade de experiências educacionais.

Contudo, além de melhorar a oferta de insumos educacionais na escola, por meio de professores capacitados e mais valorizados, infraestrutura, e currículos adequados, precisamos reforçar a gestão das escolas, pois é esta a “tecnologia” capaz de transformar insumos em educação de qualidade. Por isso o Ministério da Educação está desenvolvendo

um programa nacional de formação e certificação de diretores, de forma a preparar e habilitar os profissionais da educação aos cargos de gestão da rede de escolas públicas.

Outro programa que merece destaque é o PRONATEC, Programa Nacional do Ensino Técnico e Profissionalizante, que já efetivou mais de 9 milhões de matrículas nos últimos três anos e meio. Gostaríamos de destacar que o Brasil tirou o primeiro lugar na World Skills, competição conhecida como a Olimpíada Mundial do Ensino Técnico Profissionalizante disputada por 69 países em 2015.

A sala de aula precisa ser atraente e um lugar interessante para essa geração nativa digital. Nós professores somos analógicos e o estado continua arcaico e cartorial. As tecnologias pedagógicas digitais avançam em todo mundo, permitem aulas mais criativas, participativas, individualizadas e motivadoras. Dentro desse espírito, estamos estruturando um programa nacional de estudos e preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio. Este exame, o ENEM, foi realizado há dez dias, com a participação de cerca de 7 milhões de participantes, e representa a grande porta de acesso à educação superior em nosso país.

No processo de preparação do ENEM, nós vamos utilizar vídeo-aulas, por meio da TV Escola, uma TV pública do Ministério da Educação, com uma plataforma digital, com aulas de reforço e exercícios, que os estudantes participantes poderão

acessar. Faremos avaliações simuladas mensais, que permitirão um relatório individualizado de desempenho do estudante, associado a um plano de estudos, bem como um relatório para sua escola, orientando as aulas de reforço e revisão.

O ENEM é o um ótimo exemplo da vontade do brasileiro por estudar, pois, a partir da nota nesse exame nacional, o estudante pode disputar uma vaga em qualquer curso de qualquer universidade pública federal. Nas nossas universidades, estabelecemos uma política de quotas, sendo metade das vagas para os estudantes das escolas públicas do ensino médio, com um recorte especial para os de baixa renda, afro descendentes e indígenas.

Além disso, os alunos tem direito a um programa de bolsas de estudos, o PROUNI, hoje com 1,7 milhões de bolsas de estudo concedidas, para acessar as universidades privadas. E, ainda, o FIES, um programa de financiamento subsidiado, que também contribuiu para a inclusão de mais de dois milhões de estudantes de baixa renda na educação superior.

No Ensino Superior, as Universidades Federais passaram por um intenso processo de expansão. Nos últimos 14 anos, foram construídos 173 novos campus e 18 novas Universidades federais, além da criação de 422 campus de Institutos Tecnológicos Federais. As matrículas no Ensino Superior como um todo cresceram mais de 170% no últimos 14 anos, em grande parte, estimuladas pelos

programas do governo federal como o Prouni e Fies, que respondem por mais de 40% das matrículas da rede privada.

Tivemos, também, uma forte expansão nos cursos de pós-graduação. Hoje, temos 6443 cursos de mestrado e doutorado, que formam cerca de 95 mil doutores e 132 mil mestres por ano.

Apesar do ajuste fiscal, o programa Ciência sem Fronteiras mantém, hoje, 35 mil estudantes brasileiros nas melhores Universidades do Mundo. Nossas Universidades precisam avançar no esforço de internacionalização.

Para finalizar, gostaria de destacar que o Brasil investe, hoje, 6,2% do PIB em educação. E, no Governo da Presidenta Dilma, todos os royalties do petróleo e o Fundo Social do Pré Sal, nossa grande reserva estratégica, estão vinculados ao financiamento da educação.

Por tudo isso, é com convicção e determinação que já anunciei, aqui mesmo nesta plenária, no início desta semana, que o Brasil apoia e felicita o Marco de Ação da Educação 2030.

Estamos totalmente envolvidos e empenhados em sua plena implantação. Precisamos compartilhar nossos esforços e conceber a educação e o conhecimento com um patrimônio comum de toda a humanidade. Este é um compromisso do Brasil.

Muito obrigado.